

ITAMAR E CAMARGO ACHAM QUE ASSEMBLÉIA NÃO ATRAPALHA

# Emedebista contra a Constituinte quer diálogo direto com Sistema

A substituição da campanha pela Constituinte por uma emenda constitucional ampla, abrangendo os pontos básicos liberalizantes, para viabilizar o retorno do País ao pleno estado de direito foi reivindicada pelo emedebista Dias Menezes (SP), enquanto seu colega de bancada, José Camargo insistia que o MDB já havia apresentado sua proposta, cabendo, agora, à Arena e ao Governo sugerir algo se não estiverem de acordo com a convocação de uma Assembleia Nacional. Já o senador Itamar Franco, também opositorista, afirmou que seu partido não se oporá a qualquer acordo que vise à normalidade constitucional e que a tese da Constituinte não é empecilho para entendimentos nesse sentido.



Dias Menezes (Centro) é contra Constituinte mas, Camargo (E) e Itamar acham que a convocação de Assembleia Nacional não atrapalha entendimentos para as buscas do estado de direito.

## MDB: cúpula quer Aldo na liderança

Embora o atual titular do cargo Freitas Nobre, tenha cumprido, até aqui, pouco mais de dois meses de mandato revelou - se ontem, que o ex - líder do MDB na Câmara, Aldo Fagundes, está sendo preparado pela cúpula opositorista para se candidatar novamente à liderança no próximo ano.

A informação parte de fonte ligada ao grupo autêntico, inclinado a defender a manutenção de Freitas Nobre e, naturalmente, a enxergar manobras em certas atitudes não muito definidas do comando partidário.

Apesar desse aspecto aparentemente suspeito na versão, há outros dados capazes de assegurar sua veracidade e um deles é a circunstância de Aldo por indicação da cúpula, ser um dos parlamentares mais frequentemente designados para atuar em grupos de trabalho ou em missões de destaque.

Ele é apontado, por exemplo, como o redator principal do documento da Convenção Nacional do dia 14, que decidiu pela Constituinte. Foi ele que fez a leitura do texto para o conhecimento dos convenções e agora, é um dos integrantes da comissão incumbida de elaborar uma Cartilha para explicar o significado da decisão às bases opositoristas.

De um modo geral entende - se no MDB - inclusive entre os autênticos - que o parlamentar gaúcho foi um bom líder: seguramente o que melhor coordenou os debates em plenário. É verdade que os tempos eram outros - 72/73, governo Médici. A discussão política, até por razão da censura, era limitada às paredes do Congresso; o Senado era uma Casa onde a voz da oposição se fazia ouvir praticamente através das manifestações de dois parlamentares: Franco Montoro e Nelson Carneiro. Em consequência, a Câmara era o centro do debate. Não havia a dispersão que há hoje. Os deputados não iam aos Estados fazer conferências ou palestras. O que queriam dizer, diziam na Câmara, pois lá estava a principal e quase única tribuna política da Nação.

São Paulo, (ANDA) --- O deputado federal Dias Menezes, disse existir agora, condições para a oposição se entender diretamente com figuras representativas do Sistema, objetivando à solução dos problemas institucionais do país. Ele reiterou sua opinião de que o Mdb, ao invés de partir para a campanha pela Constituinte, "deve se preparar para vencer as eleições parlamentares do próximo ano".

"Tendo ficado agora mais do que evidente a inoperabilidade da campanha do Mdb em favor da tese da Assembleia Nacional Constituinte, admito que a direção nacional emedebista se capacite da imperiosa necessidade de traçar os rumos práticos sustentados, nos quais o partido opositorista irá à luta eleitoral para ganhá - la em 1978".

Segundo Menezes, "não há no país quem não deseje uma nova Carta Constitucional, tão liberal quanto possível, escoimada do arbítrio do AI - 5". Destacou porém, que não crê que se possa chegar a uma nova constituição através de uma Assembleia Constituinte, devido à "obstinada oposição do governo a essa alternativa".

O parlamentar acha que uma das fórmulas para se conseguir uma nova constituição seria, por exemplo, o partido preparar uma grande emenda constitucional, abrangendo os pontos básicos liberalizantes, objetivando tornar viável o retorno do país ao pleno estado de direito.

"Essa grande emenda poderia ser preparada da imagem da constituição de 1967 e, para isso, a oposição deveria apelar também para a colaboração das mais expressivas figuras nacionais versadas na matéria, assessoria que não podemos dispensar".

A implantação dessa grande emenda porém, teria necessidade de ser apoiada pelo sistema.

"É com o sistema que o MDB deve se entender. O diálogo deve ser direto com os chefes militares e não com os dirigentes da Arena, que nada podem rever".

Citando o encontro de José Papa Júnior com o senador Petrônio Portella - encarregado do diálogo com o MDB e os diferentes setores da vida nacional -, Dias Menezes acha que há condições de conduzir o MDB a um entendimento direto com as mais expressivas figuras da área militar. Segundo afirmou, são os únicos que podem decidir sobre os problemas institucionais brasileiros.

O parlamentar considerou oportuna a declaração do empresário José Papa Júnior, presidente da Federação do Comércio de São Paulo, durante sua visita ao presidente do Congresso Nacional.

"Ele foi enfático ao declarar, sem reboços, que o anseio de todos os brasileiros é a democracia, e de democracia sem adjetivos".

A propósito, disse Menezes: "não é outro o pensamento dos intelectuais, dos jornalistas, dos juristas, dos estudantes e dos políticos, bem como de quantos, enfim, lutam pela sorte da nação. Por isso mesmo, estou absolutamente seguro de que os chefes militares, de forma alguma, seriam infensos a um diálogo direto com o MDB".

### MDB JÁ DEU OPÇÃO

O deputado José Camargo, do MDB paulista afirmou ontem que a oposição já ofereceu ao Governo e a Arena sua opção para a institucionalização do país, através de uma constituinte, e se esta fórmula não for aceita cabe a ambos lançar concretamente os meios pelos quais poderá ser restabelecido o Estado de Direito por que anseia a sociedade brasileira.

Acrescentou o parlamentar opositorista que o seu partido não deve concordar com diálogos abstratos que, apesar de eventualmente impregnado da melhor intenção, não satisfazem os desejos do país. Para José Camargo, desde que a Arena há tanto tempo propaga

os propósitos institucionalizantes do presidente Geisel não haveria por que temer um diálogo aberto visando um amplo entendimento político.

"O governo se distanciou durante treze anos dos políticos e do povo, principalmente através de reformas e estratégias que aniquilaram a credibilidade da opinião pública pelo retorno ao Estado de Direito, apesar de ser este, declaradamente, o objetivo de todos os presidentes do período pós - revolucionário.

Outro empecilho ao desenvolvimento favorável do diálogo foi o "pacote de abril", no entender do representante paulista, que destacou o interesse dos líderes mai expressivos do partido por um entendimento de alto nível que conduza às reformas democratizantes.

### NÃO É IMPECILHO

O Senador Itamar Franco (MDB/MG) afirma ter a convicção de que um acordo que vise à normalidade constitucional não encontrará, por parte de seu partido, nenhuma restrição. Disse que a tese da Constituinte não representa um empecilho, desde que o governo se decida a formular uma proposta objetiva de reforma constitucional, para exame da Oposição.

Embora respeitando a decisão do MDB - assinalou - entendo que o Congresso Nacional pode e deve efetuar as reformas. Nesse sentido, o Congresso tem autoridade para modificar a Constituição e adaptá - la à realidade política nacional. Num dado instante, todos fomos eleitos pela vontade popular, o que nos confere toda a autoridade para agir em tal sentido - assinalou o senador mineiro.

Negar isso - disse o Sr. Itamar Franco - seria negar a existência do Congresso e pregar a sua auto - dissolução. A grande falha, o grande erro, é que o Legislativo fica à espera das decisões do Executivo até mesmo no seu campo de atuação. Há dez anos, tentamos regulamentar o artigo 45 da Constituição, que autoriza a fiscalização do Poder Executivo pelo Legislativo, sem êxito.

Lembrou que, agora mesmo, o último projeto de lei complementar apresentado, da autoria do Senador Mauro Benevides (MDB/CE), com o objetivo de disciplinar essa fiscalização do Congresso sobre o Executivo - artigo 45 - está sendo bombardeado pela bancada governista ("o Senador Lindoso disse que o artigo não deve ser regulamentado, mas adequado, o que é o mesmo que não fazer nada").

Ao mesmo tempo - acrescentou o senador mineiro - a Missão do Senador Petrônio Portella começa a ignorar os seus pares, os parlamentares, procurando contactos em outras áreas. Creio que ele começa a esquecer o Congresso Nacional, no que comete um grande erro. Com sua inegável clarividência, o presidente do Senado deveria ter em mira que qualquer missão daquela natureza tem de começar pelos políticos.

Qualquer reforma, segundo o senador, a menos que venha por um ato de força, terá que ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Será que o Congresso vai fazer o papel do marido enganado, sendo o último a saber dos fatos? E nem se alegue o argumento de que o tema da convocação de uma Constituinte tenha paralisado a ação política. Não se deve esquecer que a única oposição legal existe no País é o MDB - acentuou o Sr. Itamar Franco.

Disse que, à medida que evoluem os contactos do Senador Petrônio Portella "no exterior", seria necessário que os líderes dos dois partidos examinassem uma forma de modernizar, racionalizar e agilizar o tramitação dos projetos no Congresso. "Desta forma em que estamos, ignorados, alienados, o Senado começa a cair no vazio e o próprio país perde, pois era aqui que se sustentava o mais acessível debate político".

### INDEFINIÇÕES

Para ele, à medida que o Sr. Petrônio Portella

avança, mais distante fica o Legislativo.

"A espera de que? - indagou. De definições. O país inteiro está ansioso por definições, que tardam ou não vêm. Desde a definição do cumprimento do calendário eleitoral e dos mandatos, quando forças dentro da própria Arena deflagram uma campanha imoral em favor não só da prorrogação dos mandatos, mas da desmoralização da instituição legislativa".

De indefinição em indefinição, eis do que vivemos hoje - acrescentou o Senador Itamar Franco. Até chegarmos na indefinição principal, aquela que se relaciona com a sucessão presidencial. Seria importante que a missão do Senador Petrônio Portella voltasse, então as suas vistas para o Congresso Nacional. O Legislativo não pode abrir mão de suas prerrogativas.

O Sr. Itamar Franco sugere que se estude a Lei Orgânica dos Partidos, assim como o Código Eleitoral para adaptá - los às novas contingências políticas. "Vamos sempre esperar que o Executivo determine isto? - indagou, olhar atônito, o Senador Itamar Franco, conclamando os líderes a tomar uma iniciativa.

### CASUISMO

Ele teme que, às vésperas das eleições, o governo volte a surpreender o país com propostas casuísticas de mudanças nessa legislação, alterações que, como sempre, tenham em vista beneficiar o partido vinculado aos interesses do sistema dominante.

Dir - se - á que o Legislativo não pode tomar iniciativa tão importante sem a anuência do Executivo. Seria como decretar a nossa falência. Veja - se a Lei do Inquilinato. Existe um projeto de minha autoria paralisado aqui dentro há mais de um ano, e um outro do Executivo há mais de três anos, afirmou o Sr. Itamar Franco.

### LENTIDÃO

Lamentou que o diálogo se processe lentamente numa época cibernética, supersônica. Se alguns dizem que, para se conversar, é preciso tempo, o senador mineiro retruca que, se "todo mundo deseja o estado de direito, a normalidade constitucional, será que é tão difícil assim obtê - la?".

Para ele, o Senador Portella já deve ter o balisamento de sua missão, já deve conhecer qual a posição do governo ou não teria condições de se envolver no verdadeiro cipoal em que se constitui a política brasileira dos nossos dias.

Assim - disse - ele já deve ter uma estratégia traçada, já deve conhecer todas as variáveis, possivelmente até mesmo a principal, que é a relação com a escolha do novo Presidente da República. Por que, então, essa lenta, essa enervante demora?

### AUTONOMIA

Afirmou, ainda, que, se existem obstáculos intransponíveis, por que não devolver ao povo - já que o poder é exercido em seu nome - o direito de escolher todos os seus governantes. Essa devolução daria ao Congresso a autonomia de que precisa para encaminhar as reformas reclamadas pelos interesses nacionais.

Depois de afirmar que "não acha justo o que se faz com a nação", o Senador mineiro disse que, normalmente, a natureza ensina que, quando se complicam as coisas, deliberadamente, os homens se deparam com imensas dificuldades". Por isso, acha que as coisas têm - se tornado difíceis para a missão Portella.

Disse que toda Nação quer ordem, paz e tranquilidade. As Forças Armadas, que têm origem popular, serão inelutavelmente contagiadas por esse anseio nacional, o que o leva a indagar quais as razões que induzem muitos a achar que a normalidade deve ser alcançada por etapas.